

AVISO

Processo n.º 40/02-02 (2013)

Conforme o ponto 9.1.2 do Aviso de abertura com vista ao recrutamento excecional de trabalhadores, para contratação em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para o preenchimento de 1 (um) posto de trabalho previsto¹ e não ocupado no mapa de pessoal do Município de Peniche para o ano de 2013 na Carreira e Categoria de **Técnico Superior (Segurança e Higiene no Trabalho)**, publicado na 2.ª série do Diário da República, n.º 143, de 26 de julho de 2013, Aviso n.º 9648/2013, e em cumprimento do disposto no n.º 8 do artigo 9.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se pública, a Legislação Geral e Específica necessárias à preparação para a Prova de Conhecimentos Escrita, de realização individual, com consulta da legislação, a qual não poderá conter qualquer anotação, tendo a duração de 1 hora e 30 minutos (a que acrescem trinta minutos de tolerância) e a garantia do anonimato dos candidatos para efeitos da sua correção.

LEGISLAÇÃO GERAL:

REFERÊNCIA A)

- ❖ Constituição da República Portuguesa, com a redação dada pela Lei Constitucional n.º 1/2005, de 12 de agosto;
- ❖ Despacho n.º 16633/2012 de 31 de dezembro de 2012 – Alteração ao Regulamento dos Serviços da CMP;
- ❖ Despacho n.º 16634/2012 de 31 de dezembro de 2012 – Regulamento dos Serviços da CMP;
- ❖ Lei n.º 159/99, de 14 de setembro - Estabelece o Quadro de Transferência de Atribuições e Competências para as Autarquias Locais;
- ❖ Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro - Estabelece o Quadro de Competências, assim como o Regime Jurídico de Funcionamento dos Órgãos dos Municípios e das Freguesias;
- ❖ Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de novembro, alterado pela Lei n.º 6/96, de 31 de janeiro - Código do Procedimento Administrativo;
- ❖ Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro - Lei das Finanças Locais;
- ❖ Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro - POCAL;
- ❖ Lei n.º 98/97, de 26 de agosto - Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas;
- ❖ Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro - Estabelece os Regimes de Vinculação, de Carreiras e das Remunerações dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas;
- ❖ Decreto Regulamentar n.º 14/2008, de 31 de julho - Estabelece os níveis da Tabela Remuneratória Única correspondente às posições remuneratórias das carreiras e categorias gerais;
- ❖ Lei n.º 59/2008, de 11 setembro - Aprova o Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas;
- ❖ Lei n.º 58/2008, de 9 de setembro - Estatuto Disciplinar dos Trabalhadores que exercem Funções Públicas;
- ❖ Lei n.º 46/2007, de 24 de agosto - Lei de acesso aos Documentos Administrativos;
- ❖ Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro, alterada pela Lei n.º 31/2008, de 17 de julho - Regime da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e das Demais Entidades Públicas;
- ❖ Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 223/2009, de 11 de setembro e pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril - Código da Contratação Pública;
- ❖ Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro - Regime Jurídico da Organização dos Serviços das Autarquias Locais;

¹ Alteração ao Mapa de Pessoal de 2013 aprovada em sede de Assembleia Municipal de 01 de julho de 2013.

- ❖ Lei n.º 29/87, de 30 de junho, alterada e republicada pela Lei n.º 52-A/2005, de 10 de outubro - Estatuto dos Eleitos Locais;
- ❖ Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro e respetivas alterações - Regime Geral das Taxas das Autarquias Locais;
- ❖ Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março - Regime Jurídico do Saneamento Financeiro e do Reequilíbrio Financeiro Municipal;
- ❖ Lei n.º 27/96, de 1 de agosto - Lei da Tutela Administrativa;
- ❖ Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de março - Medidas de Modernização Administrativa;
- ❖ Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro - Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.



LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:

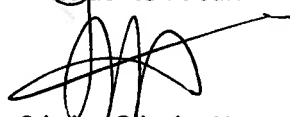
REFERÊNCIA A)

- Lei n.º 42/2012 de 28 de agosto - Aprova os regimes de acesso e de exercício das profissões de técnico superior de segurança no trabalho e de técnico de segurança no trabalho;
- Decreto-Lei n.º 503/99 de 20 de novembro, na sua atual redação – Regime Jurídico dos Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais no âmbito da Administração Pública;
- Lei n.º 98/2009 de 04 de setembro – Regulamenta o regime de reparação de acidentes de trabalho e doenças profissionais, incluindo a reabilitação e reintegração profissionais;
- Decreto-regulamentar n.º 6/2001 de 05 de maio – Lista das Doenças Profissionais;
- Decreto-regulamentar n.º 76/2007 de 17 de julho – Altera os capítulos 3.º e 4.º da lista das doenças profissionais publicada em anexo ao Decreto Regulamentar n.º 6/2001 de 05 de maio;
- Decreto-Lei n.º 243/86, de 20 de agosto - Regulamento Geral de Higiene e Segurança do Trabalho nos Estabelecimentos Comerciais de Escritórios e Serviços;
- Portaria n.º 53/71 de 03 de fevereiro com as devidas alterações introduzidas pela Portaria n.º 702/80 de 22 de setembro - Estabelece a prevenção técnica dos riscos profissionais e a higiene nos estabelecimentos industriais;
- Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro - Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde nos locais de trabalho, transpondo a Diretiva 89/654/CEE;
- Portaria n.º 987/93, de 6 de outubro - Estabelece as normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 347/93, de 1 de outubro;
- Portaria n.º 1456/95, de 11 de dezembro - Estabelece as normas técnicas para a colocação e utilização da sinalização de segurança e saúde no trabalho;
- Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de novembro - Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios, abreviadamente designado por SCIE;
- Portaria n.º 1532/2008, de 29 de dezembro - Aprova o Regulamento Técnico de Segurança contra Incêndio em Edifícios (SCIE);
- Decreto-Lei n.º 330/93, de 25 de setembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/269/CEE, do Conselho, de 29 de maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde na movimentação manual de cargas;
- Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 90/270/CEE, do Conselho, de 29 de maio, relativa às prescrições mínimas de segurança e de saúde respeitantes ao trabalho com equipamentos dotados de visor;
- Portaria n.º 989/93, de 6 de outubro - Normas técnicas de execução do Decreto-Lei n.º 349/93, de 1 de outubro;

- Decreto-Lei n.º 182/2006, de 6 de setembro - Relativo às prescrições mínimas de segurança e saúde em matéria de exposição dos trabalhadores aos riscos devidos ao ruído;
- Decreto-Lei n.º 46/06, de 24 de fevereiro - Relativo às prescrições mínimas de proteção da saúde e segurança dos trabalhadores em caso de exposição aos riscos devidos a agentes físicos (Vibrações);
- Decreto-Lei n.º 290/01 de 16 de novembro - Relativo à proteção da segurança e saúde dos trabalhadores contra os riscos ligados à exposição a agentes químicos no trabalho;
- Decreto-Lei n.º 305/2007 de 24 de agosto - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2006/15/CE, da Comissão, de 7 de fevereiro, que estabelece a segunda lista de valores limite de exposição profissional indicativos para execução da Diretiva n.º 98/24/CE, do Conselho, de 7 de abril. É alterado o anexo ao Decreto-Lei n.º 290/2001, de 16 de novembro;
- Decreto-Lei n.º 266/2007, de 24 de julho - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2003/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de março, que altera a Diretiva n.º 83/477/CEE, do Conselho, de 19 de setembro, relativa à proteção sanitária dos trabalhadores contra os riscos de exposição ao amianto durante o trabalho;
- Decreto-Lei n.º 178/2006 de 05 de setembro – Regime Geral da gestão de resíduos;
- Decreto-Lei n.º 50/05, de 25 de fevereiro - Relativo às prescrições mínimas de segurança e de saúde para a utilização pelos trabalhadores de equipamentos de trabalho;
- Decreto-Lei n.º 84/97, de 16 de abril - Estabelece prescrições mínimas de proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores contra os riscos da exposição a agentes biológicos durante o trabalho;
- Decreto-Lei n.º 236/2003, de 30 de setembro - Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa às prescrições mínimas destinadas a promover a melhoria da proteção da segurança e da saúde dos trabalhadores suscetíveis de exposição a riscos derivados de atmosferas explosivas no local de trabalho;
- Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro - Proceda à revisão da regulamentação das condições de segurança e de saúde no trabalho em estaleiros temporários ou móveis, constante do Decreto-Lei n.º 155/95, de 01 de julho, mantendo as prescrições mínimas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas pela Diretiva n.º 92/57/CEE, do Conselho, de 24 de junho;
- Lei n.º 13/2006 de 17 de abril – Define o regime jurídico do transporte coletivo de crianças e jovens até aos 16 anos;
- Decreto-Lei n.º 126/2009 de 27 de maio – Qualificação inicial e formação contínua dos condutores de determinados veículos rodoviários de mercadorias e passageiros;
- Regulamento n.º 852/2004 de 29 de abril - Higiene dos géneros alimentícios;
- Portaria n.º 988/93 de 06 de outubro – Estabelece as prescrições mínimas de segurança e saúde dos trabalhadores na utilização de equipamentos de proteção individual;
- Regulamento Interno de Segurança e Saúde no Trabalho do Município de Peniche;
- Procedimentos internos a adotar em caso de acidente de trabalho no Município de Peniche.

Peniche, 26 de julho de 2013

A Presidente do Júri



Dr.ª Josselene Cristina Oliveira Nunes Teodoro.